

# A POLÍTICA EM ARISTÓTELES: UMA SÍNTESE E SUA RELEVÂNCIA ATUAL

Grupo: Areópago

Arthur Carlos Rodrigues Loredó<sup>1</sup>, Emmanuel Nascimento de Lima Torres<sup>2</sup>, Gabriel Correa Mendonça<sup>3</sup>, Julio Cesar Xavier Motta<sup>4</sup>, Leonardo Soares Melo<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Graduando em Filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais, arthurcloredó@gmail.com

<sup>2</sup> Graduando em Filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais, emmanuel787929@gmail.com

<sup>3</sup> Graduando em Filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais, gabrielcorrea2695@gmail.com

<sup>4</sup> Graduando em Filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais, jcxmkomp@gmail.com

<sup>5</sup> Graduando em Filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais, lmelo1624@gmail.com

**Resumo:** Com base em uma análise e estudo das obras "A Política" e "Retórica" do filósofo grego Aristóteles e com o auxílio de artigos que estudam o tema — *A Divisão dos Regimes Políticos em Aristóteles*, de R. R. Pedroso (2015); e *OS CONCEITOS ARISTOTÉLICOS DE CIDADE E DE CIDADÃO*, de M. R. Tôrres (2005) —, este artigo aborda os principais pontos da teoria política de Aristóteles, destacando suas ideias e sua relevância atual. Aristóteles moldou profundamente o pensamento político ocidental, formulando conceitos duradouros como a classificação dos regimes de governo, a definição da virtude cívica e a política como disputa entre ricos e pobres — tema ainda atual nas discussões sobre desigualdade. O estudo de sua obra continua essencial para fomentar uma visão crítica da sociedade, promovendo reflexões sobre justiça, cidadania e organização política.

**Palavras-chaves:** cidade, regime, cidadão, político.

## 1. Introdução

Realização:



Apoio:



Produção:



Este trabalho tem como objetivo analisar as principais ideias de Aristóteles — filósofo grego do século IV a.C. e um dos pilares do pensamento ocidental — sobre política, destacando sua concepção de *polis*, a relação entre ética e governança, e os tipos de regime político por ele propostos. Além disso, busca-se refletir sobre a atualidade de seu pensamento, explorando como suas teorias podem contribuir para discussões contemporâneas sobre justiça, cidadania e organização social.

Na filosofia de Aristóteles, a política está intrinsecamente ligada à realização do bem comum e à natureza social do ser humano. Para ele, o homem é um "animal político" (*zoon politikon*). Aristóteles, em sua análise, indica as características de uma cidade e suas diferentes formas de regime, baseando-se em distinções entre cidadãos e tipos de governo. Em sua obra, é possível observar diversas formas desviadas de governo e como os cidadãos se relacionam entre si na cidade.

Na atuação do político, a arte de governar está intrinsecamente ligada à virtude, pois a verdadeira excelência política exige ambas as dimensões. Para Aristóteles, o bom governante não apenas pratica virtudes individuais (como justiça e prudência), mas as aplica concretamente para beneficiar a cidade, demonstrando que ética pessoal e habilidade política se complementam na construção do bem comum.

No tópico que aborda o cidadão, são analisadas as ideias sobre a distinção entre o bom cidadão e a boa pessoa, considerando os indivíduos dentro dos regimes que regem a cidade, de modo que ambos nem sempre coincidem diante das leis e da virtude em cada quesito. Nosso estudo teve como base uma investigação nas obras *A Política* e *Retórica* de Aristóteles e suporte dos artigos dos autores M. R. Tôrres e R. R. Pedroso para sua realização

## 2. A Cidade e seus diferentes Regimes

Realização:



Apoio:



Produção:



Um bom lugar para começar a entender o pensamento de Aristóteles é sua ideia de cidade, observando não só a sua importância, mas também o papel-chave que ela desempenha em sua filosofia política.

“Em Aristóteles, segundo a ordem do tempo, a primeira sociedade que se forma é a família. Depois vem a união de muitas famílias ou *kome* (aldeia). A cidade (*pólis*), vem por fim: é a mais elevada das sociedades.” (TÔRRES, 2005, p. 03). A cidade representa o espaço onde o ser humano, por sua natureza de "animal político", pode alcançar a vida plena e a felicidade. Assim, a *polis* não é apenas um meio de sobrevivência, mas um lugar ideal para o exercício da virtude e da justiça, baseado na razão e na lei.

Nesse cenário, o conceito de cidadão é importante, sendo definido como aquele que participa das tarefas políticas, principalmente na administração da justiça e nas decisões deliberativas. No entanto, Aristóteles limita essa cidadania aos homens adultos autóctones, excluindo mulheres, escravos, crianças e estrangeiros. Ele também critica a democracia quando ela se afasta da lei e se entrega aos caprichos da maioria, gerando instabilidade e injustiça. Para ele, a verdadeira liberdade é vivida com lei e ordem na cidade, e não como uma liberdade absoluta.

Para Aristóteles, a constituição, ou regime, “é a ordenação (*táxis*) das autoridades da comunidade política, que determina como devem ser distribuídas (*tina trópon nenémantai*), quem é o soberano e qual o fim de cada comunidade (*tí tò télos hekástēs tēs koinōnías*)” (PEDROSO, 2015, p. 79). A cidade poderia adotar diferentes formas de regime, ou seja, diferentes maneiras de organizar o poder dentro de uma comunidade política. Como a cidade é composta por diversos grupos com interesses distintos, um necessariamente exercerá a instância final de poder.

Aristóteles considera justos os governos que visam o bem comum: a monarquia (um governa), a aristocracia (os melhores governam) e a politeia (muitos virtuosos governam em equilíbrio). Já a tirania, a oligarquia e a democracia são considerados injustos por buscarem apenas o interesse do grupo no poder — o monarca, os aristocratas ou os pobres, respectivamente.

Na Grécia antiga, havia diversos grupos sociais que se cruzavam, como militares, lavradores, artesãos e comerciantes, que podiam exercer mais de uma profissão — por exemplo, um militar também ser comerciante. No entanto, a diferença entre ricos e pobres era considerada fixa: um pobre não podia tornar-se rico, nem um rico, pobre.

### 3. Cidadãos e Políticos

No campo da análise do conceito de cidadão segundo Aristóteles, e em estudo das seções do Livro III da obra *A Política* e as seções do Livro I da obra *Retórica*, destaca-se que a definição do bom cidadão é subjetiva e depende do regime político em que ele está inserido. Para Aristóteles, o bom cidadão é aquele que segue as regras estabelecidas pelo regime vigente na cidade e participa das questões políticas, mas isso não significa necessariamente que ele seja uma boa pessoa.

Paralelamente, a boa pessoa pode não ser o melhor cidadão, pois ser um homem prudente é tarefa do governante e do político. Portanto, uma pessoa boa é aquela que pratica a virtude (*aretê*), o que, dependendo do regime, pode contradizer a ideia de lei e justiça exercida por esse regime, em contraste com a busca do meio termo entre extremos e deficiências.

Para Aristóteles, a questão do político está muito ligada à ideia de buscar o bem comum e encontrar a melhor forma de governar. Para ele, o líder ideal é aquele que

Realização:



Apoio:



Produção:



governa com virtude (*aretê*), pensando na felicidade e no desenvolvimento pleno da cidade-Estado. Ele também critica os tipos de governo que se tornam ruins, como a tirania, e valoriza a política (*politiké*) como uma ferramenta para organizar a sociedade de forma equilibrada.

Aristóteles também destaca que a verdadeira autoridade política deve sempre ser exercida em favor daqueles que são governados, e não para o benefício próprio dos governantes. Essa ideia ainda é muito relevante nos dias de hoje, pois ressalta a importância da representatividade e da educação cívica para formar cidadãos conscientes e líderes responsáveis.

#### 4. Metodologia

Este artigo é uma pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque teórico e abordagem exploratória. Realizamos uma revisão bibliográfica com o objetivo de compreender os principais aspectos do pensamento político de Aristóteles, especialmente a partir de sua obra *Política*.

As fontes utilizadas incluem obras clássicas do próprio Aristóteles e artigos acadêmicos de especialistas em Filosofia Política. Nossa seleção do material considerou publicações com reconhecida relevância acadêmica, com enfoque em estudos publicados nos últimos 20 anos, a fim de destacar também a atualidade do pensamento aristotélico.

A análise foi realizada por meio da leitura interpretativa e crítica dos textos selecionados, buscando identificar os conceitos centrais da teoria política de Aristóteles e sua aplicação ou ressonância nos debates contemporâneos sobre política e ética pública.

Realização:



Apoio:



Produção:



## 5. Conclusão

Aristóteles é um dos filósofos mais influentes da história da humanidade, tendo moldado profundamente o pensamento político do Ocidente. Sua análise racional permitiu a formulação de conceitos duradouros, como a classificação dos regimes de governo, a definição da virtude cívica e a percepção da política como disputa entre ricos e pobres. Este último ponto, inclusive, é um tema ainda atual nas discussões centrais sobre as desigualdades do capitalismo contemporâneo.

Diante disso, o estudo de sua obra e pensamento continua essencial. Promovê-lo, especialmente entre os jovens, é uma forma de incentivar uma visão mais crítica e fundamentada da sociedade, despertando reflexões sobre justiça, cidadania e os rumos da vida coletiva — temas urgentes e centrais em qualquer época.

## Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Antônio Campelo Amaral e Carlos Gomes. Edição Bilíngue. Lisboa: Vega, 1998. 185 a 207 p.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução e notas de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Edição bilíngue. Lisboa: Vega, 1998, Capítulos 1 a 7. 15 a 25 p.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Livro I, capítulos 3-4. Tradução de Edson Bini. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2018. p. 45-55. (Série Clássicos Edipro).

PEDROSO, Rodrigo Rodrigues. **A Divisão dos Regimes Políticos em Aristóteles**. São Paulo: USP, 2015. 78-86 p.

TÔRRES, M. R. **OS CONCEITOS ARISTOTÉLICOS DE CIDADE E DE CIDADÃO**. Outros Tempos – Pesquisa em Foco - História, v. 2, n. 2, 2005.

Realização:



Apoio:



Produção:

